

LEITURA E ESCRITA DE TEXTOS ARGUMENTATIVOS

Marcus Sacrini

edusp



7.4.1 Introdução

No modelo em foco, a *introdução* da dissertação exerce papel central, condicionando a execução de todo o restante do texto. Nela, a proposta geral deve ser elaborada em torno daqueles três grandes articuladores lógicos dos textos argumentativos. Desse modo, oferece-se aos leitores um esboço bastante inteligível do que se pretende tratar no texto e de qual o caminho expositivo a ser seguido. Ao iniciar o texto organizadamente, o autor favorece a compreensão de seu posicionamento e conta, em consequência, com mais chances para conquistar o interesse dos leitores do que se apresentasse algo confuso, que exigiria um esforço enorme somente para entender sobre o que se vai tratar. Em termos concretos, para obter esses efeitos expressivos, sugerimos que na *introdução* do texto *quatro tarefas* sejam cumpridas:

- a. Apresentação do tema geral.
 - Contextualização do assunto a ser tratado.
- b. Formulação do problema específico da dissertação.
 - No interior do campo temático pré-delimitado, circunscreve-se a questão principal a ser analisada.
- c. Tomada de posição.
 - Formula-se, em termos gerais, o posicionamento a ser defendido no correr da exposição.
- d. Descrição do caminho expositivo.
 - Comentário sucinto acerca dos passos expositivos das próximas seções.

Expliquemos um pouco cada item. Espera-se que, de início, o autor seja capaz de repor o horizonte de sentido de seu tema. Trata-se de esclarecer qual o assunto a discutir e, mais importante, qual aspecto ou perspectiva acerca desse assunto será efetivamente explorado. É importante traçar uma apresentação global sobre o assunto sem reproduzir banalidades acerca do tópico em vista. Por exemplo, caso se vá tratar da noção de “consciência” na obra do filósofo X, seria inútil iniciar a dissertação com frases grandiloquentes e triviais, tais como “desde a aurora dos tempos, a consciência gera questionamentos profundos” etc. Cabe ajustar o foco e oferecer como apresentação temática algo muito mais delimitado, do tipo “sabe-se que entre tantos temas tratados pelo filósofo X, a consciência recebeu grande destaque. Em particular na obra Y um método investigativo da consciência é elaborado de modo explícito”. É preciso, então, cuidado para apresentar o tema sem a pretensão de esgotá-lo, mas somente conforme

aqueles aspectos mais relevantes para o que será discutido em seguida. Em sua primeira tarefa, a dissertação deve transmitir a informação necessária para que o leitor saiba de qual aspecto do tema a dissertação tratará. Não é o caso de reunir dados genéricos quaisquer na pretensão de abarcar exhaustivamente aquilo que o tema é. O campo temático ao qual a dissertação se refere não precisa ser determinado em seus limites. Basta remeter o leitor aos aspectos temáticos que serão efetivamente explorados durante a exposição.

Na apresentação do campo temático, não se almeja, assim, esclarecer em detalhes do que se compõe esse campo; essa apresentação deve ser talhada para permitir que a formulação do problema (segunda tarefa) ocorra de maneira pertinente e significativa. Talvez soasse muito abrupto iniciar o texto pelo problema, uma vez que ele pareceria gratuito ou mesmo incompreensível sem sua remissão a um pano de fundo mínimo em relação ao qual se avalia sua pertinência. A apresentação temática inicial deve ter em vista não o próprio campo temático em si, mas a formulação do problema que virá logo em seguida, fixando um solo de sentido sobre o qual tal problema poderá ser erigido de forma convincente. Por sua vez, quanto ao problema, é importante delimitá-lo de modo nítido; isso garante que o texto não seja uma sequência de ponderações devaneantes, mas uma construção metódica em torno de um objetivo bem demarcado: responder a determinada questão. Formular bem o problema é vital para o sucesso da dissertação. Por meio dele se fixa aquilo que a apresentação inicial somente esboça, a saber, o que deve se levar em conta no campo temático e sob qual perspectiva. O problema circunscreve o âmbito de atuação do autor, deixando claro o que ele se compromete a tratar e mesmo parte daquilo que ele se desobriga a explorar por exceder o escopo da investigação anunciada. O autor assume, por meio do problema, determinada linha expositiva, certas considerações que devem ser elaboradas para prover a resposta. O problema demarca, em suma, o alcance do texto, e por meio dele o leitor já pré-avalia o escopo e as dificuldades da exposição a seguir².

Não é tarefa fácil formular problemas relevantes. Por um lado, não basta oferecer problemas óbvios, cuja resposta esteja contida na formulação ou pareça trivial para aqueles que conhecem um pouco do campo temático. Por outro lado, não se espera a formulação de um problema tão complexo que mal poderia ser abordado no formato da dissertação. O problema deve ser delimitado o suficiente para que o autor possa retomar aspectos precisos do campo temático, mas sem que a solução se revele de imediato, o que tornaria dispensável o restante da

2. Delimitar o campo temático via problema também auxilia a formular o título da dissertação. Espera-se que o título capture de modo sumário o tema específico do texto, o qual se delineia, conforme discutido antes, não pela contextualização inicial do assunto a ser explorado, mas pela circunscrição de certo estado de coisas (relativo a esse assunto) considerado problemático.

dissertação. Se o problema deve ser original, é algo que depende dos critérios avaliativos da situação da escrita. Para trabalhos de fim de cursos universitários, nem sempre a originalidade é exigida, e a retomada rigorosa, centrada no material bibliográfico estudado, de parte da problemática exposta nas aulas é aceitável. Para textos que almejam publicação, às vezes se espera que haja um problema central que contenha algum aspecto novo em contraste com textos similares. Muitas vezes, **espera-se que o autor seja capaz de repor problemas** gerais reconhecidos como pertinentes pelos estudiosos da área e já tratados por diferentes autores, quando então **o elemento de originalidade** deve estar **concentrado na resposta ao problema**, e não em sua formulação.

A formulação do problema é importante não somente para circunscrever um âmbito de interesse no interior da amplidão do campo temático. O problema também define o nível da abordagem argumentativa em que o texto se desenvolverá. O autor já deve ter se acostumado com as diferenciações desses níveis, se produziu fichas de comentários pessoais como acabamento da leitura abrangente. Vimos que tais comentários são classificáveis em *interpretativos*, *avaliativos* ou *propositivos*. Ainda que de forma esquemática, delimitam-se aqui três tipos de abordagem aos temas em vista, o que se deixa bem marcar no tipo de problema formulado em uma dissertação. **Caso se almeje ganhar clareza sobre obras estudadas**, por meio de análises de trechos particularmente difíceis tendo em vista a explicitação dos posicionamentos dos autores lidos, está-se no **âmbito dos problemas interpretativos**. Ao escrever uma dissertação nesse nível de análise, normalmente não se vai questionar a verdade ou falsidade atual dos posicionamentos encontrados nas obras estudadas, mas tentar clarificar quais as razões “imanescentes” que levam a tais posições ou tentar elucidar trechos não óbvios na exposição desse posicionamento. A dissertação interpretativa é, **então, a continuidade dos fichamentos de estrutura expositiva**. **Leu-se bem determinada obra e se está em condições de opinar justificadamente acerca do sentido do posicionamento ali veiculado ou acerca de trechos aparentemente difíceis e que merecem uma análise detalhada**. Esse tipo de dissertação é constantemente exigido como avaliação em cursos universitários, principalmente de ciências humanas e filosofia. É um tipo básico de expressão escrita que faz parte da formação geral acadêmica: em relação a certo conjunto de obras, espera-se que o estudante saiba lê-las adequadamente e interpretá-las à luz de problemas conceituais específicos.

No restante deste livro, vamos nos limitar a considerar esse nível de escrita argumentativa. As dissertações avaliativas e propositivas, por sua vez, tomam como problemas de partida questões correspondentes a esses títulos. Naturalmente, os problemas avaliativos e propositivos supõem um esmerado trabalho prévio de análise interpretativa de obras ligadas ao tema em análise. **Saber formular problemas interpretativos** e respondê-los em uma estrutura dissertativa é, na maior parte dos casos, **uma tarefa preliminar a avaliações e proposições** mais densas.

Para arriscar-se nesses níveis superiores, cabe sedimentar solidamente esse nível fundamental da análise argumentativa, que exploraremos em detalhes a seguir.

Os problemas interpretativos são então aqueles que, no interior do campo temático formado por certo conjunto de textos argumentativos, sugerem clarificações sobre os posicionamentos ali defendidos. Nesse nível de abordagem, não é o caso de julgar a verdade desses posicionamentos à luz de circunstâncias concretas, e sim de oferecer elucidações pontuais sobre seus componentes. Após a formulação clara do problema a ser tratado, espera-se apresentar, ainda na introdução do texto, a tese ou posição a ser defendida pelo autor (terceira tarefa), que responde ao problema anteriormente formulado. É imprescindível acentuar que nesse modelo de escrita *deve efetivamente haver uma tomada de posição explícita*, que será detalhada durante a exposição. Por vezes, em trabalhos de fim de curso, alguns estudantes limitam-se a resumir o conteúdo das aulas ou a reunir trechos dos textos lidos conforme laços frouxos de interesse. Isso está muito aquém do esperado. O autor de textos argumentativos deve acostumar-se a deixar claro para os leitores que o texto tem um propósito, um objetivo, a saber, defender certa posição pontual, que responde ao problema em vista.

Segundo certos preconceitos difundidos sobre as análises interpretativas, nelas nada se faz senão repetir os textos estudados, não havendo aí nenhum espaço para a expressão autoral (o que só ocorreria em textos dos níveis avaliativo e propositivo). Essa é uma visão errada da escrita interpretativa. Ao autor da dissertação interpretativa cabe tomar decisões não triviais, de modo que a tese defendida não é mera reprodução banal dos textos lidos, mas uma construção cuidadosa que contribui para o entendimento daquele material de partida. O ângulo de abordagem da obra estudada, a seleção dos trechos pertinentes, a resolução das dificuldades de entendimento de trechos específicos, tudo isso não se reduz a mera repetição, mas marca uma orientação pessoal. Aos leitores da dissertação deve sempre ficar evidente o que remete aos autores nela estudados e o que remete ao autor da dissertação. E a melhor maneira de marcar essa distinção é formular com clareza qual posição interpretativa será assumida, deixando patente que a ordenação lógica das etapas expositivas, a escolha dos trechos discutidos etc. não é uma manifestação espontânea das obras estudadas, e sim fruto de expressão pessoal metodicamente conduzida.

Em relação à tese ou posição, espera-se que, tal qual o problema, não seja nem trivial, o que dispensaria a dissertação, nem altamente complexa, o que não seria defensável adequadamente no formato de uma dissertação. É preciso ajustar o que se quer defender com os limites práticos da situação da escrita, e isso nem sempre é fácil. A formulação da tese na introdução esclarece logo ao leitor o objetivo central da dissertação. Daí a importância de se encontrar a medida da complexidade em sua formulação. Ao ler a posição, o leitor deve ser capaz de entender aonde o autor quer chegar, embora sem esgotar como isso

será feito. Na introdução, a **posição deve ser exibida em seus aspectos gerais**; ela ainda carece de demonstração, por assim dizer, e sua correção não deve ser imediatamente óbvia. Essa exibição inicial deve envolver certa densidade teórica que exija desenvolvimento e esforço expressivo da sequência da dissertação para defendê-la. Anuncia-se o alvo da dissertação, mas sem deixar plenamente esclarecido por que isso resolve o problema, saber que o leitor só adquirirá ao se dar o trabalho de ler o restante do texto. Certamente, **o autor deve** ter o cuidado de formular a tese de forma a **responder ao problema posto** anteriormente, e será criticado se não o fizer. Contudo, em sua aparição inicial, a tese não deve já exaurir o problema, mas muito mais valer como um *sumário* dos passos expositivos em que o posicionamento global será desenvolvido.

Até aqui já vimos três tarefas cumpridas pela introdução: **a tese anuncia a resposta do autor ao problema apresentado no interior de determinado campo temático**. Por fim, cabe esclarecer quais serão as *etapas da exposição* por meio das quais se pretende estabelecer a tese. Evidencia-se, assim, qual caminho argumentativo será percorrido na dissertação. Ao antecipar desse modo a estrutura expositiva, o autor se compromete a seguir certo fio condutor, enumerando quais tópicos serão explorados no restante do texto. **Passa-se ao leitor a impressão de controle no tratamento da questão**: o autor sabe das fases necessárias para responder ao problema em vista, e o fará não em elucubrações erráticas, mas sim pela montagem metódica da exposição. Além de sentir-se seguro em relação ao restante do texto, o leitor, diante dessa antecipação das etapas expositivas, conta com uma medida oferecida pelo próprio autor para avaliar o fracasso ou o sucesso do texto. Afinal, espera-se que todas as etapas anunciadas sejam bem cumpridas; se o autor não realizá-las a contento, se exclui passos expositivos ou acrescenta novos injustificadamente, então o leitor desconfiará, com razão, dos frutos da empreitada. Exibir claramente qual o percurso expositivo já na introdução significa, destarte, partilhar com o leitor uma medida objetiva pela qual o autor admite ser julgado ao final da leitura. Trata-se, sem dúvida, de um esforço do autor para consigo, de seguir um roteiro sem se dar a facilidade de atalhos ou o prazer vão de rebuscamentos. A contrapartida é a confiança do leitor, o esforço recíproco de acompanhar um texto reconhecido em seu esforço sincero de comunicar.

Vejamos alguns exemplos concretos de introduções que incorporaram muito acertadamente essas diretrizes expositivas. Sirvo-me de algumas dissertações recebidas como trabalhos finais em cursos sobre fenomenologia ministrados por mim no departamento de Filosofia da USP. São textos escritos por alunos de graduação que seguiram de perto as sugestões discurridas há pouco³.

3. Os textos são reproduzidos com autorização dos autores.

Eis um primeiro exemplo:

Quadro 7.1 – Exemplo 1

A Oposição ao Psicologismo no Desenvolvimento da Fenomenologia

Guilherme Costa Riscali

Introdução

Sabemos que Husserl se destaca enquanto filósofo, entre tantos outros feitos, pela oposição cerrada a uma ideia cada vez mais atraente para a filosofia alemã de seu tempo: que as leis da lógica, aquilo que teríamos no conhecimento de mais seguro e objetivo, estariam fundadas, na verdade, sobre determinações psicológicas de estados mentais. Este é um tema recorrente e um campo de questões presente em diversos momentos de sua obra, desde sua juventude intelectual, e que aparece sob novas formas conforme avança sua filosofia.

É fundamental observar, entretanto, que a relação de Husserl com o psychologismo não é totalmente negativa. O psychologismo marcou a formação de sua própria filosofia, como podemos perceber por uma análise de suas obras de juventude. Influência a qual se dá de tal maneira que, ainda no seu projeto filosófico posterior, é possível, talvez, vislumbrar reflexos de um pensamento psicologista ou, ao menos, estabelecer laços com o psychologismo que são mais permissivos do que podem parecer à primeira vista ou para aqueles que se debruçam apenas sobre as passagens mais incisivas e polêmicas de Husserl.

A problemática central que perpassará esse trabalho será, então, aquela que se pergunta pelo alcance da oposição de Husserl ao psychologismo. Mais especificamente, será preciso examinar um primeiro momento expressivo dessa oposição, encontrado no projeto de fundamentação da ciência apresentado nos *Prolegômenos das Investigações Lógicas*, para perceber ali duas diferenciações – em níveis distintos – que marcam as divergências da empreitada husserliana em relação aos psicologistas. Em seguida, no entanto, devemos nos perguntar se é possível, ainda ali, no interior da crítica, identificar alguns aspectos em comum que remetam ao campo filosófico do psychologismo. Isso tudo para fazer avançar a questão que está no cerne do trabalho e que se pergunta se é possível que o desenvolvimento ulterior da fenomenologia – já no registro do transcendental – nos permita falar em uma radicalização da crítica ou, ao menos, em um distanciamento ainda mais profundo em relação à matriz psicologista.

Com isso em mente, este texto pretende analisar dois estágios diferentes da obra de Husserl, a fim de examinar qual o escopo, em cada um deles, do afastamento em relação a essa tradição contra a qual ele busca demarcação. Em suma, proponho uma

Contextualização do tema

Formulação do problema interpretativo

comparação da posição da filosofia de Husserl, durante esses dois momentos fundamentais de seu desenvolvimento, em relação ao pensamento psicologista, buscando entender se houve, nesse sentido, transformações importantes e, se as houve, em que termos elas se deram.

O objetivo, além de, evidentemente, compreender melhor o valor da crítica de Husserl ao psicologismo, é entender como essa relação marca a progressão mesma de seu projeto fenomenológico, uma vez que os problemas enfrentados na crítica às posições psicologistas são inclusive, acredito, intimamente ligados à problemática que opera na virada transcendental de sua fenomenologia pura.

Para cumprir seu projeto, o trabalho buscará, de início, uma breve contextualização geral da relação de Husserl com o psicologismo. Depois, passará para uma análise mais pormenorizada do minucioso ataque ao psicologismo contido nos *Prolegômenos das Investigações Lógicas*, bem como de sua contrapartida positiva: a proposição da lógica pura e da primeira fenomenologia. A partir disso, então, poderá ser posto de fato o problema do alcance da crítica, cujo desdobramento tentarei encontrar na virada transcendental, apoiado na leitura de certas passagens de *Ideias para Uma Fenomenologia Pura e para uma Filosofia Fenomenológica*.

Esboço da posição a ser defendida

Anúncio dos passos expositivos a serem cumpridos

Eis um segundo exemplo:

Quadro 7.2 – Exemplo 2

A Consciência Intencional e as Emoções em Husserl e Sartre

João Lucas Pimenta da Silva Pinto

Introdução

Em um curto texto de juventude intitulado “Uma Ideia Fundamental da Fenomenologia de Husserl: A Intencionalidade”, Sartre, num momento de entusiasmo com as promessas do movimento fenomenológico husserliano com o qual havia tido o primeiro contato poucos anos antes, busca comunicar ao leitor o sentido revolucionário que, em sua interpretação, a noção de intencionalidade em Husserl trazia ao cenário filosófico da época. Dentro da tese aparentemente inócua de que “toda consciência é consciência de alguma coisa” estaria um fator de libertação da consciência, a qual, nas doutrinas tradicionais, estava fadada a se fechar em uma interioridade subjetiva que lhe negava o acesso ao mundo real. Com a descoberta da intencionalidade, argumenta Sartre, Husserl teria lançado o sujeito para fora de si próprio, em direção às coisas mesmas.

Nesse seu manifesto em prol da fenomenologia husserliana, todavia, Sartre acaba por sugerir como consequência da nature-

Contextualização do tema

za intencional da consciência uma pequena teoria das emoções segundo a qual os atos emotivos não passariam de apreensões de qualidades objetivas presentes nos próprios objetos aos quais a consciência se direciona: não é o sujeito que atribui às coisas um caráter afetivo, mas, diz Sartre, “são as coisas que subitamente se desvendam para nós como odiáveis, simpáticas, horríveis, amáveis”⁴. Ora, uma tal tese parece contrariar um dado banal de observação cotidiana: os indivíduos se relacionam afetivamente com as coisas, pessoas e eventos de maneiras bastante distintas. O mesmo cachorro que, para mim, é adorável, para meu vizinho pode ser temível. Isso indicaria que, nas nossas relações emotivas com o mundo, ao menos uma dose de contribuição subjetiva na constituição daquela relação deve ser admitida, o que Sartre não parece reconhecer. O que leva Sartre, então, a defender uma teoria das emoções tão estranha ao senso comum?

*Formulação
do problema
interpretativo*

Procuraremos, nesta dissertação, sustentar a tese de que essa problemática ideia sartreana a respeito das emoções é fruto de uma considerável simplificação que Sartre opera em “Uma Ideia Fundamental” sobre a análise husserliana das funções e estruturas da consciência intencional, a qual levava em conta (ao contrário da representação supostamente fidedigna da doutrina husserliana feita por Sartre em seu curto texto) uma série de contribuições subjetivas ao processo de constituição de sentido dos objetos intencionais para a consciência.

*Esboço da posição a
ser defendida*

Para tanto, buscaremos expor, na próxima seção, alguns dos conceitos e aspectos fundamentais da teoria husserliana dos atos intencionais da consciência, especialmente na medida em que eles revelem a participação subjetiva das experiências intencionais na determinação dos objetos que se doam à consciência, conforme descritos por Husserl em suas *Investigações Lógicas*. Em seguida, apresentaremos alguns traços gerais das ideias de Husserl a respeito da configuração dos atos de emoção a partir daquelas funções e estruturas básicas da consciência intencional. Na terceira seção, retomaremos brevemente a argumentação de Sartre em “Uma Ideia Fundamental” no intuito de demonstrar que as determinações subjetivas da consciência intencional husserliana parecem não figurar no esquema das emoções proposto naquele texto. Por fim, concluiremos a dissertação com breves comentários a respeito dos resultados alcançados nesta comparação entre as fenomenologias husserliana e sartreana.

*Anúncio dos passos
expositivos a serem
cumpridos*

Eis ainda um terceiro exemplo:

4. J. P. Sartre, “Uma Ideia Fundamental da Fenomenologia de Husserl: A Intencionalidade”, em J. P. Sartre, *Situações I*, trad. C. Prado e B. Prado Júnior, São Paulo, Cosac Naify, 2005, p. 57 [55-57].

Quadro 7.3 Terceiro exemplo

Projeto Fenomenológico e História

Thiago Pignata Carezzatto

Introdução

Husserl apresenta *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental* (doravante *Krisis*), de 1936, como mais uma introdução à filosofia fenomenológica. Mais do que mais uma introdução, Husserl dirá ser essa a melhor das introduções. Além do elemento da crise, salta aos olhos o caráter histórico da obra, que é apresentado em um tom de necessidade perante a situação de crise da Europa. Husserl, que em grande parte de sua trajetória tratara a história com certo desdém, a coloca em sua nova introdução num lugar central.

Como entender essa mudança de tom quanto à história? Terá a história realmente essa característica indispensável que Husserl parece indicar? Ou será ela apenas um adorno, uma introdução grandiloquente à fenomenologia? Se, de fato, for a história necessária, não se entra em choque com a fenomenologia no seu próprio fundamento metodológico da *epoché* [suspensão de juízo]?

Sem dúvida, a inserção da história suscita diversas questões para o projeto fenomenológico. Na presente dissertação, queremos mostrar que, sim, a história em *Krisis* é sumamente necessária. Mais ainda, ela não é necessária apenas para introduzir a fenomenologia, mas para o próprio fazer fenomenológico. Isso não quer dizer que há um abandono dos primeiros projetos de fenomenologia, mas pelo contrário, a necessidade histórica advém do impulso que motivou a fenomenologia desde o começo.

Para isso, iniciaremos discutindo o modo pelo qual a história é anunciada em *Krisis*, seu pressentimento diante de uma consciência de crise. Além disso, já abordaremos algumas características daquilo que Husserl entende por história e como será uma investigação desta. Essa noção de história nos será útil para a compararmos com as análises da seção seguinte, na qual apresentaremos o projeto fenomenológico de *Ideias I* como uma busca por essências válidas incondicionalmente. Estas são tornadas visíveis pela *epoché*, que dentre outras coisas, exclui também a história. O conflito entre *epoché* e *Besinnung* (reflexão sobre a história) aparecerá aqui em toda sua força. Na seção seguinte, tentaremos diluir esse conflito, introduzindo o ideal da filosofia de radicalidade, de se livrar dos preconceitos, que norteou a história da filosofia e todo o trajeto fenomenológico. Questionaremos-nos sobre a suficiência de simplesmente proclamar na *epoché* a exclusão da história para, de fato, livrar-se dos preconceitos históricos. Desse modo, a *Besinnung* – como método que desvela o sentido da história, bem como obscuridades que podem nos aparecer como obviedades não explicitadas – se mostra em continuidade com a tarefa feno-

Contextualização
do temaFormulação
do problema
interpretativoEsboço da posição
a ser defendidaAnúncio dos passos
expositivos a serem
cumpridos

menológica de nos livrar de preconceitos. Assim, poderemos ver a *Besinnung* em toda sua necessidade, a qual, na seção posterior, será exemplificada com pelo menos um preconceito que Husserl não notara nos primeiros escritos e que só pode ser visto através da *Besinnung*. Por fim, na última seção, concluiremos discutindo a relação mútua entre *Besinnung* e *epoché* e como as duas são indispensáveis para aquele que deseja realizar o ideal filosófico.

Esses exemplos tornam patentes as virtudes da ordenação do texto em torno das tarefas propostas pelo modelo. As introduções são apresentadas de modo organizado, com uma clara divisão das tarefas expositivas, as quais se concatenam compreensivelmente. Tópicos de considerável complexidade são expostos em uma sequência lógica que facilita o entendimento. Além disso, por meio desses exemplos, tem-se uma ideia da extensão requerida para perfazer as tarefas constituintes da introdução do texto. Em torno de duas páginas são suficientes para contextualizar o tema em vista (sem recorrer a obviedades genéricas nem detalhar excessivamente tópicos secundários), formular o problema específico da dissertação, esboçar a resposta e descrever as etapas expositivas para a sustentação da tese. É evidente que muitas variações são aqui possíveis, tanto de extensão quanto mesmo da ordem do cumprimento das tarefas. É cabível iniciar a dissertação pela formulação do problema e então passar à contextualização, que elucida por que ele é relevante, entre outras combinações das tarefas. Em todo caso, parece-nos um excelente exercício escrever a introdução de um texto tomando por guia as quatro tarefas em pauta. Familiarizar-se com elas leva a circunscrever com precisão o âmbito de trabalho no qual a dissertação se desenvolverá, o que oferece marcas de inteligibilidade bastante acessíveis aos leitores.

Um ponto importante deve ser explanado. Vimos alguns exemplos bem-sucedidos da *versão final* de dissertações que, sem dúvida, passaram por várias correções prévias até atingir tal forma. Dessa maneira, os aspirantes a autor não devem se preocupar em ter de escrever sua dissertação inicialmente já de modo tão elaborado, nem mesmo em ter de começar pelo início. Que a introdução deva ser a primeira parte da versão final da dissertação não implica que ela tenha de ser a primeira parte a ser produzida no exercício da escrita. Por vezes, vale a pena avançar um pouco na elaboração de temas específicos para ganhar clareza acerca de qual caminho expositivo assumir. Seria irrealista exigir que somente quando a introdução estivesse perfeitamente pronta se deveria então passar à escrita das demais partes. É preciso distinguir entre *a ordem da exposição da versão final* e *a ordem da criação do texto*. Essa última pode, em princípio, diferir bastante da primeira, o que depende de preferências e hábitos pessoais de escrita. Em relação a esses últimos, sugerimos fortemente que se escreva, sempre que possível, guiado por esquemas do que se quer dizer. Dessa maneira, ao começar a esboçar a dissertação, recomenda-se esquematizar, em uma ficha à parte,

o problema que se quer enfrentar e a posição a ser assumida. Esses esquemas guiam a produção do texto expositivo, e a partir deles, depois de diferentes versões aprimoradas aos poucos, chega-se à versão final. Aconselhamos que os esquemas de partida sejam flexíveis e possam ser alterados conforme a produção do texto expositivo exija correções de rumo. Vigora, desse modo, uma circularidade virtuosa entre esquema e exposição: por um lado, os esquemas organizam o pensar, ordenando a sucessão de ideias a se desenvolverem na exposição; por sua vez, na escrita do texto expositivo é comum que se abram caminhos temáticos e relações conceituais frutíferas não previstas no esquema, o que leva a uma reorganização do planejamento, a uma reescrita das fichas de esquemas, que em seguida voltam a guiar a escrita expositiva, e assim por diante. Cabe avaliar se essas novas ideias despontadas pela escrita não implicam um desvio de foco, abrindo temas auxiliares que não poderão ser devidamente considerados. Na verdade, esboçar previamente o esquema do texto busca prevenir a dispersão temática e manter nítida qual a progressão relevante. Contudo, mesmo no interior dessa progressão já bastante delimitada pelo esquema podem aparecer conexões conceituais não antecipadas e que valem a pena ser incorporadas. Ou, por vezes, diante de dificuldades de avançar na escrita conforme o planejado no esquema, cabe alterar as pretensões anteriormente delimitadas. Seja como for, abrir-se a conexões inesperadas de ideias é importante no processo de escrita; porém, alguma regulação desse processo por esquemas auxilia enormemente, economizando tempo e energia ao direcionar o fluxo criativo.

7.4.2 Desenvolvimento e Conclusão

Em certo sentido, a introdução é a parte mais importante do texto dissertativo. Nela se fixa o objetivo da escrita (oferecer uma resposta a um problema específico) e se predelineia o caminho expositivo das demais seções. Chamemos de *desenvolvimento* o que se segue à introdução com o intuito de cumprir os passos expositivos ali anunciados. Não há um formato padrão para o desenvolvimento, nem tarefas específicas que marquem seu desenrolar. O que se espera é que aí sejam rigorosamente cumpridas as etapas expositivas sinalizadas na introdução. Dividir em subpartes a exposição, intitulando-as conforme as principais etapas cumpridas em seu decorrer, é um recurso muito útil para organizar a progressão expressiva. Devem ter ficado claros na introdução quais os principais passos expositivos para mostrar a correção da tese proposta. No desenvolvimento, cada um desses passos pode corresponder a uma seção. Assim, em geral, essa parte intermediária da dissertação tende a ser bem mais longa que a introdução.

Também sugerimos que a dissertação contenha uma seção final, a conclusão. Quanto a esta, conforme o modelo aqui apresentado, trata-se de um trecho modesto. Não se deve conceber a conclusão como ocasião para apresentar dados

novos, para propor torções ou surpresas expositivas empoladas. A dissertação argumentativa não é um romance policial. Não se espera por um fato surpreendente no fim da narrativa. Na verdade, o que se vai concluir já foi anunciado no início do texto, a saber, a posição defendida pelo autor. O que a conclusão deve conter é uma retomada explícita da posição esboçada na introdução como resposta ao problema, uma retomada confirmadora, por assim dizer. Após a condução do desenvolvimento, presume-se ter cumprido as etapas da “demonstração” da tese formulada na introdução. Em outras palavras, no correr do desenvolvimento as etapas expositivas que detalham a posição, que mostram progressivamente como ela resolve o problema, devem ser rigorosamente cumpridas. Nesse sentido, a exposição já se cumpriu. Reconheceu-se de partida um problema pertinente a certo campo temático e lançou-se uma proposta de solução, detalhada nas seções do desenvolvimento. Espera-se, logo, que o problema tenha sido respondido, o que implica ter mostrado a pertinência e a correção da posição. Daí a sugestão de que não se exponham dados extraordinários na conclusão. Se esses dados têm algum peso na defesa da tese, então devem ser empregados nas seções do desenvolvimento. Desde então, o que resta à conclusão é *retomar* a tese, reafirmá-la como correta, não mais na formulação genérica da introdução. A tese foi elaborada ao longo do desenvolvimento, suas minúcias explicitadas, seus componentes articulados, seus níveis estratificados. À conclusão cabe ratificar a tese como *defendida*, isto é, após seu estabelecimento detalhado. Espera-se, assim, em geral, que a conclusão reponha o problema inicial e mostre de que maneira a posição assumida efetivamente responde a ele, porém não mais na forma embrionária da introdução, e sim conforme a riqueza conceitual adquirida durante o desenvolvimento.

Essas sugestões permitem organizar as ideias com vista à escrita de textos argumentativos. No próximo capítulo, vamos nos voltar para a escrita efetiva e propor estratégias expressivas que facilitem a produção da versão final da dissertação.